

Do Caos ao Cais: espaços do patrimônio nos processos de revitalização e requalificação urbana do Rio de Janeiro

Marco Estevão de Mesquita Vieira

Resumo

Os dois principais projetos de resgate urbano da zona central do Rio de Janeiro, o Corredor Cultural e o Porto Maravilha, sintetizam o percurso com que os espaços do patrimônio foram e são apropriados para manter a atratividade económica e social das metrópoles. Do ensaio difuso ao planeamento estratégico, o percurso brasileiro aponta para os desafios e a convivência possível do capital e da população local no direito à cidade.

Introdução

O Rio de Janeiro foi a primeira metrópole brasileira a desenvolver um projeto de preservação e requalificação da parte central da cidade no padrão corrente das intervenções urbanas praticadas na Europa e nos Estados Unidos nas últimas três décadas do século passado. Lançado em 1979 pela Secretaria Municipal de Planeamento e Coordenação Geral da Prefeitura do Rio de Janeiro, o projeto, intitulado Corredor Cultural, só foi regulamentado em 1983 e sancionado pela Prefeitura através da Lei nº. 506, de 17 de janeiro de 1984, aprovada pela Câmara dos Vereadores.

Corredor Cultural: Da Lapa a Praça XV, não há nada igual

A iniciativa pioneira das autoridades municipais decorreu da necessidade de resgatar o centro do Rio do processo de decadência que progressivamente enfraquecia suas funções comerciais, burocráticas, de serviços e entretenimento, com a consequente desvalorização imobiliária e o afastamento das camadas sociais mais afluentes. O objetivo era promover a sustentabilidade dos ambientes urbanos mais tradicionais a partir de mecanismos que garantissem a permanência das atividades ali estabelecidas e o envolvimento da população. Sob tal perspectiva, o incentivo à preservação das antigas construções e a promoção de atividades de recreação e cultura tornaram-se as diretrizes operacionais do

projeto, com vistas a resguardar a memória da cidade ao tempo em que se valorizavam as referências históricas, sociais e culturais das comunidades envolvidas. As áreas eleitas estavam circunscritas inicialmente à Lapa, Cinelândia, SAARA (Sociedade dos Amigos e das Adjacências da Rua da Alfândega), Largo de São Francisco e arredores e a Praça XV, sendo posteriormente incorporada ao projeto a região da Rua da Carioca. A repercussão do empreendimento motivou em seguida a adoção de medidas correlatas para regiões periféricas ao Centro, como a Praça Cruz Vermelha e o Morro da Conceição. A abrangência do Corredor Cultural correspondia originalmente a uma zona especial de 1.294.625 m², território subdividido em duas subzonas, uma de preservação ambiental e outra de renovação urbana.

A primeira estava afeta à manutenção das características arquitetônicas, artísticas e decorativas da massa construída, com privilégio das fachadas e dos telhados em relação ao interior das construções, passível de modificação desde que não interferisse na parte externa. A segunda subzona correspondia aos espaços que poderiam receber novas edificações, respeitadas as regras de integração definidas para aquela finalidade, a fim de se manter a escala e a harmonia dos conjuntos arquitetônicos afetados.

Com o intuito de dinamizar o projeto, isenções fiscais e outras vantagens foram concedidas aos proprietários de imóveis, iniciativa que impulsionou a preservação do centro histórico do Rio de Janeiro e resgatou da desfiguração e má conservação mais de 1.600 construções.

O ineditismo da política pública urbana do Corredor Cultural coincidia com o fim o milagre econômico brasileiro e a instauração do processo de redemocratização do País sob os ventos das crises do petróleo e dos desequilíbrios conjunturais da década de 1980.

O caso pioneiro do Rio de Janeiro, sob esse aspecto, tornou-se paradigmático como experiência de tratamento dos conflitos da metrópole brasileira. A iniciativa de proteger o centro histórico a partir de um urbanismo “pé-no-chão”, com o desenvolvimento de soluções práticas que tanto atendessem a população quanto os interesses administrativos e econômicos da cidade, logo se impôs como alternativa de prevenção ao processo de “miserópolis” das aglomerações urbanas nacionais, qual seja o do colapso dos serviços públicos e destruição do verde em meio à tomada dos espaços coletivos por contingentes populacionais que sequer encontravam lugar nas favelas. Com esse horizonte, o Corredor

Cultural pautava o combate ao caos de forma localizada, sem os grandes voos dos planos urbanísticos do passado, ainda que suas ações fossem orientadas por uma perspectiva global, conforme aduziu o arquiteto e urbanista Augusto Ivan de Freitas Pinheiros, um dos idealizadores do projeto: “Temos de perder a ilusão de que o urbanista é um mago com solução para todos os problemas. O profissional deve trabalhar agora na rua, em contato direto com a população, que nunca pede mais do que precisa realmente”¹.

À época, o Rio de Janeiro mergulhava no caos da recessão econômica, com desempregados, ambulantes e miseráveis a disputar as principais vias do centro. A demolição de edifícios remanescentes do “francesismo” carioca para o levantamento de espigões acarretaria, no entanto, a revolta de segmentos esclarecidos diante da desfiguração de pontos tradicionais da cidade, lançando o gérmen para a criação do Corredor Cultural no Governo Israel Klabin (1979-1980).

Planeamento difuso e caos urbano

Os efeitos perversos da fuga de agentes econômicos e do quadro de estagnação que arrolava o País, na altura, em pouco tempo estariam visíveis nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, com as levas de desempregados e miseráveis a disputarem a sobrevivência nas calçadas. A inoperância em lidar com uma crise social num mundo em mudanças de difícil identificação, à época, fomentava a adoção de medidas paliativas, ora populistas, no tratamento da questão urbana, situação que contribuía para o alastramento do já crescente mercado informal. A concorrência desleal com o comércio instituído legalmente dava margem a reações ainda mais desagregadoras da ordem social, com os comerciantes a levarem para o asfalto filiais de suas lojas, com exposição de mercadorias em lona, no chão, e pregão em voz alta (Magalhães, 2002).

O cenário caótico instalado no Rio de Janeiro, espelho ampliado das dificuldades que abalavam a maioria das metrópoles brasileiras, ao tempo que legitimava as ações do Corredor Cultural, expunha as dificuldades do seu urbanismo “pé no chão”. Em outras palavras, carecia de um plano estratégico mais determinado, dada a abrangência com que fora elaborado no sentido de conter os processos de especialização econômica que

¹ Conforme reportagem do Jornal do Brasil de 10/11/1985. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. RIOARTE, 1989. Caderno de recortes Corredor Cultural 1985.

limitavam o uso do centro e a perda de atividades tanto geradoras, em sua maior parte, de emprego para a classe média carioca quanto garantidoras da vitalidade econômica e cultural da área.

Sob esse aspecto, conforme observa Roberto Magalhães (*op. cit.*), o projeto do Corredor Cultural constituiu o seu objetivo de forma difusa, dado o uso indiscriminado dos conceitos de revitalização e requalificação urbana.

A disseminação da ideia de revitalização do centro transcorreu, segundo o autor, muito em função da mídia, que sempre valorizou as iniciativas do Corredor Cultural, ao veicular sistematicamente matérias sobre a recuperação da parte antiga da cidade em consonância à opinião generalizada de formadores de opinião e políticos, que assumiam como revitalização qualquer medida de recuperação urbana. Formado o consenso e o seu elo com o Corredor Cultural, o projeto logo virou sinônimo de recuperação de áreas históricas e a ser referido nos contextos mais diversos, inclusive aqueles fora do centro e mesmo da cidade do Rio de Janeiro.

O uso amplo do termo para ações mais condizentes de requalificação denotava, assim, ainda de acordo com Magalhães, o pouco desenvolvimento da discussão sobre a recuperação do centro carioca.

A ambiguidade das iniciativas do Corredor Cultural nesse sentido, ora denominadas de revitalização, ora de requalificação, sem clareza quanto ao rumo de ação, face o conteúdo abrangente das orientações firmadas em documentos, resultou no desenvolvimento de um projeto misto, no qual o predomínio das medidas de embelezamento e resgate do patrimônio edificado, projetadas de acordo com a concepção estético-funcional valorizada pelos formadores de opinião e pelas classes mais abastadas, ainda se entremeava com intervenções de caráter mais popular, direcionadas para atender as demandas das comunidades envolvidas segundo as especificidades da realidade socioeconômica brasileira.

Essa confluência de objetivos e estratégias de limites imprecisos conseguiu, apesar de tudo, manter o curso do Corredor Cultural sem perda de continuidade diante da sucessão de governos e orientações políticas.

O desenvolvimento paulatino do projeto do Corredor Cultural através de ações pontuais lhe garantiu, em consequência, uma duração longa. A composição cênica do espaço urbano era uma das prerrogativas do Corredor Cultural, haja vista o destaque dado ao Convento de Santo Antônio no Largo da Carioca. Aliadas à diretriz de valorização cultural, outras duas se faziam ainda mais urgentes, quais sejam a de reverter o processo de esvaziamento do centro e recuperar o controle social da região.

Os espaços de cultura

Desses três vetores de ação, propriamente dito, o de maior sucesso foi, sem dúvida, a valorização das atividades culturais do centro, com o aproveitamento de edifícios históricos antes mal utilizados ou ociosos em espaços de entretenimento. A iniciativa pioneira da prefeitura carioca inseria o Rio de Janeiro e, por tabela, o Brasil, na tendência mundial de intervenções urbanas ancoradas em grandes projetos de centros culturais ou de museus. A transformação do Paço Imperial em espaço de exposições, inaugurado em 1985, dava início ao processo de instalação de equipamentos culturais de porte nos antigos prédios da região, com o lançamento, em sequência, do CCBB (1989), da Casa França-Brasil (1990), do Espaço Cultural dos Correios (1993), do Centro Cultural Light (1994), do Centro de Artes Hélio Oiticica (1996), do Espaço Cultural da Marinha (1998), do novo Cine Odeon (2000) – reformado e enobrecido como sala de projeção – e do Centro Cultural Justiça Federal, na Cinelândia (Magalhães, *op. cit.*).

De todos esses novos espaços, o CCBB foi, inquestionavelmente, o de maior repercussão.

A mais valia do CCBB podia ser observada nas muitas reportagens sobre o novo espaço cultural da cidade. Na altura, dentre elas, a da revista Programa, do Jornal do Brasil, capa da edição da primeira semana de fevereiro de 1991, replicava em títulos o apelo do novo ponto de referência da cidade para o imaginário popular, qual seja o de que “o CCBB oferece ao carioca um padrão de Primeiro Mundo, com entrada franca”. A partir do slogan de Pereira Passos para a abertura da Avenida Central – “O Rio civiliza-se” – a reportagem enaltecia o sucesso do estabelecimento desde a sua inauguração em 1989, com depoimentos de visitantes a destacar um ambiente “que nem parece o Brasil”, fotos sobre a arquitetura de “ar europeu” e as vantagens de visitar um espaço de entretenimento de alto nível, “como se fosse em Paris”.

A mistificação sobre a beleza arquitetônica clássica do prédio e da cultura de “alto nível” da programação como emblemas de civilização revelava a um só tempo, duas posições em contraste sobre o prédio. Inicialmente, involuntária e ironicamente, a fadiga, ou talvez a inconclusão, de um projeto nacional de modernidade que via no francesismo da forma e no pensamento condicionado aos valores europeus as barreiras a serem vencidas para a emergência de uma formação social brasileira original, conciliada com a vanguarda modernista européia do início do século XX. De outro, a visão eurocêntrica de civilização, de um espaço patrimonializável pela monumentalidade e cariz francês da arquitetura.

Em meio a confusão espacial urbana de arranha céus e carros, o prédio do CCBB impunha-se como relíquia de um passado mais europeu e mais charmoso. Além do CCBB, o sucesso do resgate da Praça XV e redondezas como área de circulação de um público cultivado, consumidor de atividades culturais e cioso da importância do patrimônio histórico animou a adoção de medidas semelhantes em direção à Lapa, Largo da Carioca, Rua Uruguaiana e redondezas. (Magalhães, *op. cit.*).

Essa primeira fase de intervenção urbana na cidade do Rio de Janeiro correspondeu ao período de redemocratização do Estado brasileiro até o final do governo Collor (1990-1992) e início do governo Itamar Franco (1992-1995), aproximadamente. As ações até então eram engendradas sob a perspectiva mais pontual de “pôr a casa em ordem”, o que lhes dava um caráter de experimentação, de planejamento feito às pressas com as motivações da ocasião. A falência da Prefeitura do Rio de Janeiro, no entanto, declarada ao final da administração Saturnino Braga (1985-1988), lançou a necessidade de se desenvolver uma planificação mais estruturada das medidas intervencionistas na cidade. O passo à frente só viria a ser dado a partir do sucesso da Conferência Internacional das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, quando a parceria desenvolvida com o Governo Federal para a promoção do evento carregou para o município recursos públicos para melhoria da infraestrutura urbana, possibilitando a construção da Linha Vermelha. A projeção e os ganhos decorrentes do evento alçavam o planejamento urbano a um nível mais profissionalizante, voltado para a busca e criação de oportunidades que dessem retorno ao município, com a desejada internação de recursos e realização de investimentos. O horizonte financeiro e mercadológico na validação de decisões a serem tomadas marcava a emergência da segunda fase do urbanismo carioca recente, a partir daquele momento mais ajustado ao ideário monetarista dominante, ou seja, à primazia do econômico que fundamentava as ações de *city marketing*, medidas

valorizadoras do parque urbano construído para assegurar a competitividade da cidade no conjunto das cidades globais.

As medidas preliminares adotadas sob aquela perspectiva ocorreram ao final da segunda administração Marcelo Alencar (1989-1992), em projetos que buscaram as áreas de maior visibilidade da cidade, como o Rio-Orla², e as intervenções em zonas potencialmente lucrativas para a atividade econômica, como a Avenida Chile.

O período que se seguiu, correspondente às administrações César Maia (1993-1996) e Luís Paulo Conde (1997-2000), delineava um cenário mundial de intensa atividade econômica especulativa, a atormentar os países mais vulneráveis economicamente pela fuga de capitais. As metrópoles de posição estratégica regional e/ou global realizavam intensas reformas no seu tecido urbano, com requalificação de áreas portuárias e empreendimentos de lucratividade segura, voltados para a moradia, negócios e diversão das camadas sociais mais abastadas. No Rio de Janeiro, as políticas urbanas então empreendidas pretenderam organizar a malha urbana da cidade para torna-la viável como polo cultural e econômico, capaz de responder às exigências contemporâneas de tecnologia e funcionalidade. A ordenação do espaço público tornou-se prioritária numa escala mais profissional, com a adoção de projetos de apelo regulador da ordem social, como o Rio-Cidade e Favela-Bairro (1994), e do planejamento estratégico da cidade (1995), realizado por consultoria técnica catalã. A constatação do IplanRio³ de que na Região Metropolitana do Rio de Janeiro os deslocamentos a pé (19,7%) são superiores ao do automóvel (11,5%) provocou uma nova abordagem do urbanismo carioca no centro, uma vez que a importância dada aos veículos agendava o desenvolvimento de planos e intervenções urbanísticas. O novo paradigma passou a priorizar, em consequência, a circulação dos cerca de dois milhões diários de pedestres no centro do Rio de Janeiro e a manutenção da ordem urbana.

² Projeto lançado em 1990, com o objetivo de dotar as praias de infra-estrutura para atender seus frequentadores e acolher de forma condizente o turismo receptivo. As intervenções realizadas organizaram as atividades de comércio e lazer da orla, com a reforma e/ou construção de calçadão para pedestres e pistas para os ciclistas, além de estacionamentos, postos de salvamento e quiosques para alimentação.

³ Levantamento realizado pela Empresa Municipal de Informática (IplanRio) para o Processo de Estruturação dos Transportes da Região Metropolitana – 1995/1995.

Sonhar com Paris, acordar no Valongo

Com a mudança de orientação no tratamento urbanístico do centro do Rio de Janeiro, as áreas de menor potencial comercial e ainda de características residenciais, como a região da Praça Cruz Vermelha, permaneceram à margem das atenções das políticas municipais, sem deslanchar de forma efetiva os projetos de que foram objeto. Os esforços da prefeitura eram direcionados preferencialmente para os trechos economicamente dinâmicos da cidade, que, a partir dos investimentos recebidos, tornaram-se novamente atrativos para o comércio mais sofisticado das lojas de grife e para novos nichos de atividade, com a instalação de filiais de conceituadas instituições de ensino superior. A segunda etapa de intervenções no centro do Rio de Janeiro se alinhava, portanto, à perspectiva de enobrecimento urbanístico que atingia as principais metrópoles do globo e que logo se caracterizaria no modelo adotado pelas demais capitais brasileiras.

O que poderia ser tratado como vanguarda da experiência brasileira no desenvolvimento de um urbanismo enobrecedor parece revelar, no entanto, o diferencial que separa o caso brasileiro dos hodiernos programas de reurbanização europeus e norte-americanos: a realidade social. Embora o contexto do capitalismo tardio seja o mesmo em todo o globo, a requalificação urbana processada para a circulação de segmentos sociais cultivados e de maior poder aquisitivo nos centros das metrópoles brasileiras pouco realizaram em termos de apropriação de espaço para moradia daquele público. No caso do Rio de Janeiro, mesmo com a revogação, por lei de 1994, da proibição de uso residencial no núcleo central da cidade, objeto do decreto 322/1976, as iniciativas ficaram concentradas na área comercial e economicamente ativa do centro, sem elevar as regiões da Cruz Vermelha, do Bairro de Fátima, do Morro da Conceição, da Saúde ou da Gamboa, ainda residenciais, a lugares concorridos para moradia da classe média. Os casos do Pelourinho, em Salvador, e do Recife Antigo, igualmente refletem essa característica nacional, qual seja, a de serem zonas de turismo e/ou de entretenimento e trânsito de camadas mais privilegiadas socialmente, mas não de moradia.

O processo de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro apresenta, no entanto, um outro matiz, dado abranger também os antigos territórios da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, bairros populares que ficaram encapsulados no tempo em função de medidas urbanísticas adotadas ao final do século XIX e durante o século XX. O remodelamento do porto e de sua estrutura no decorrer de conjunturas econômicas, com a realização de

aterros, o surgimento de unidades fabris, armazéns, docas e construção de vias de acessos entre pontos distantes da cidade, resultaram numa cerca de pistas ao redor daqueles bairros, que promoveram o seu insulamento e isolamento. Dada essa característica e a consolidação recente de abordagens multiculturais nas dinâmicas patrimoniais, as medidas adotadas na região obedeceram a um planejamento estratégico, um conjunto integrado de iniciativas projetadas para realizar operações urbanas vocacionadas para a realização de grandes eventos, como as Olimpíadas de 2016, sediada no Rio de Janeiro.

No rastro do Corredor Cultural, a zona portuária já era objeto de preocupações patrimoniais, porquanto tratava-se de região com história, tradições e construções antigas patrimonializáveis, declarada Área de Proteção Ambiental (APA), por meio da Lei nº 971, de 04/05/1987. Na altura, em função do processo de abertura política do país e da revisão da Constituição Federal, que preconizava uma maior participação comunitária nas decisões de políticas públicas, as próprias associações de moradores dos bairros das zonas portuárias recorreram aos órgãos governamentais para também desenvolverem medidas de preservação da área, que vinha sendo desfigurada e degradada pelo abandono de instalações no porto e entorno. As preocupações que esses vazios lançavam sobre a população, receosa das possibilidades de intervenções de demolição e remoção em massa, motivaram diversos encontros com as autoridades e personalidades envolvidas nas questões preservacionistas e de recuperação socioeconômica da cidade do Rio de Janeiro. A partir dessa interlocução, surgiu o projeto Sagas (acrônimo de Saúde, Gamboa e Santo Cristo), institucionalizado pelo Decreto nº 7.351, de 14/01/88, que resultou no estabelecimento de critérios e normas para a ocupação e conservação da massa edificada, como as que preservavam as fachadas das casas.

Diferentemente das zonas anteriormente abrangidas pelo Projeto do Corredor Cultural, a região do porto do Rio de Janeiro notabilizava-se por espaços degradados e abandonados, os chamados *brownfields* (“áreas escuras”, numa tradução aproximada), vazios que denotam espaços antes produtivos, mas presentemente ociosos, deixados ao acaso e passíveis de mau uso e invasões, a compor um cenário de estagnação e decadência local.

Nesse sentido, diante da sensação de espaços de marginalidade, medo e abandono daqueles ambientes, o termo revitalização é o que melhor se adequa às iniciativas que procuraram inverter o processo de deterioração da zona portuária carioca, que foram muitos desde a década de 1980.

Com o desenvolvimento, o crescimento econômico e a projeção do país a partir da era Lula, que garantiram ao Brasil ganhar a disputa pelas sedes da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016, as condições estavam dadas para se implementar um processo de requalificação e revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro nos moldes dos processos observados em Nova Iorque, Barcelona e Buenos Aires.

Do caos ao planejamento estratégico do Porto Maravilha

Articulado profissionalmente em termos do empreendedorismo urbano e com a vantagem de contar com a convergência dos governos federal, estadual e municipal para a realização do empreendimento, o projeto Porto Maravilha é lançado pela Lei Complementar Municipal nº101/2009, que criou a Operação Urbana Consorciada (OUC) de Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região Portuária do Rio de Janeiro, e visa, a partir dos mecanismos de parcerias público-privadas, desenvolver, conforme os termos da lei, um “conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público Municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental”.

Com a ampliação da área de intervenção da zona portuária, a abranger um território de 5 milhões de metros quadrados, que tem como limites as Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco e Francisco Bicalho, o projeto do Porto Maravilha foi estruturado em quatro eixos, quais sejam cultura e entretenimento; habitação; comércio e indústria; infraestrutura e transportes, e que devem contemplar iniciativas para a valorização do patrimônio histórico material e imaterial da região; reconquista de espaços urbanos; novos padrões de mobilidade urbana, com qualidade de circulação e melhora na condição de vida de quem vive, mora ou transita pela área; e o fomento ao desenvolvimento econômico local, inclusive nas modalidades do turismo e cultura.

A região conta uma população de cerca de 22 mil habitantes e possui um dos menores IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da cidade do Rio de Janeiro, de 0,775, o que a torna vulnerável a pressões imobiliárias especulativas, uma vez considerada a incapacidade de se adequar a possíveis altas no valor dos imóveis e aluguéis. Nessa questão, cabe destacar o compromisso social do projeto, onde é expresso que a “Operação

Urbana Porto Maravilha parte do pressuposto de que os atuais moradores devem permanecer na região portuária”, e que, pelo menos, 3% dos recursos da venda dos Certificados de Potencial Adicional Construtivo – CEPAC (título garantidor que permite construções além dos limites vigentes no Município, respeitadas as áreas de preservação histórica, cultural e arquitetônica), “serão obrigatoriamente investidos na valorização do Patrimônio Material e Imaterial da área e em programas de desenvolvimento social para moradores e trabalhadores”.

Nesse ponto, o projeto do Porto Maravilha traz uma inovação não só em termos do empreendimento de revitalização e requalificação urbana, mas também quanto ao processo de patrimonialização, uma vez que adota uma postura multicultural, numa interlocução com os diversos segmentos e comunidades envolvidos. Esse diferencial do projeto expressa a passagem do planejamento tecnocrático ao planejamento participativo em políticas e ações públicas, observado a partir da Constituição Federal de 1988 e consolidado ao longo das quatro últimas legislaturas.

Conclusão

A escavação do Cais do Valongo em 2011, durante as obras do projeto, não foi por acaso e visou resgatar a memória da escravidão na região, ao trazer para a luz do dia o principal ponto de desembarque de escravos no Rio de Janeiro. A iniciativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan e da Prefeitura do Rio de Janeiro corrobora a emergência de uma visão patrimonial mais abrangente, que, no caso, dá voz à comunidade negra estabelecida na zona portuária. Se antes o enfoque patrimonial ficava restrito maioritariamente à herança do colonizador, com um viés eurocêntrico pela monumentalidade, concomitante a uma visão nacionalista sobre o passado, nas últimas décadas passou a ser mais multicultural, com a antropologia e a arqueologia a disputarem com a arquitetura a primazia da questão patrimonial.

A região do Valongo já era local de negociação de escravos desde 1774 e o seu cais, criado em 1811 e encerrado em 1831, ponto de distribuição do mercado escravocrata com o desembarque estimado de mais de 500 mil escravos no Rio de Janeiro, nos 20 anos de sua existência oficial.

Com esse histórico, o sítio arqueológico do Cais do Valongo, mesmo em sua simplicidade, tornou-se um ponto turístico e de referência da zona portuária, a envolver a comunidade negra e local na recuperação da memória escravocrata. Durante a realização das escavações, mães de santos e outros voluntário trabalharam no local para a identificação dos artefatos achados. Posteriormente, com a abertura do sítio arqueológico à visitação pública, o chão do Cais e os demais espaços emblemáticos da escravidão na região passaram a ser objeto de ritualizações, como lavagens e cerimônias, desencadeando um processo de reterritorialização da zona portuária, que oficialmente passou a contar, mediante o aval e empenho da prefeitura do Rio de Janeiro, com o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana.

Em que pese as vicissitudes do Porto Maravilha, o planejamento estratégico do projeto e as obras já realizadas apontam para efetivos ganhos do empreendimento para a população. De um lado, com o estabelecimento de equipamentos culturais de vulto para a fruição de camadas ilustradas, como o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio, que, em conjunto com demais equipamentos culturais da cidade, como o Museu de Arte Moderna, no Aterro do Flamengo; o Museu de Belas Artes, na Avenida Rio Branco; o Paço Imperial, na Praça XV; e o Centro Cultural Banco do Brasil, na Rua Primeiro de Março, compõem também um circuito. De outro, com o desenvolvimento de um turismo de memória, movimentado com o Circuito da Herança Africana, que resgata, para além da história, as tradições da Pequena África, como era conhecida a área envolvente da Pedra de Sal. Esse rochedo do Morro da Conceição, próximo ao Cais do Valongo e lugar de descarregamento do sal pelos escravos, tornou-se, após a abolição da escravatura, praticamente uma colônia da comunidade negra, a “Pequena África”, com a realização de festas e cultos afro-brasileiros, que contavam com a presença, no início do século XX, de grandes sambistas, como Donga, Pixinguinha, João da Baiana e Heitor dos Prazeres.

Embora sinais de valorização imobiliária de antigos casarões no Morro da Conceição apontem para uma possível gentrificação local, com a instalação de ateliês de artistas plásticos já há alguns anos, o sentimento de pertença da comunidade nos bairros tradicionais da Saúde, Gamboa e Santo Cristo aponta para uma convivência possível em processos patrimoniais de revitalização e requalificação urbanas.

Referências bibliográficas

Aarantes, Antonio A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. 304 p.

Arantes, Otilia Beatriz Fiori. “Cultura da cidade: animação sem frase”. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Ministério da Cultura, Brasília, Número 24 (Cidadania), p. 229-240, 1996.

Campan, Rose. “Intervenções de recuperação de zonas urbanas centrais: experiências nacionais e internacionais”. *Diversidade – Revista Eletrônica do Centro de Estudos da Metrópole*. CEM-Cebrap, São Paulo. Número 2 – julho, agosto, setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.centrodametropole.org.br/diversidade/numero2/caminhos/08Rose%20Campan.pdf>>. Acesso em: 30 jan 2006.

Instituto Municipal De Arte E Cultura – Rioarte/Corredor Cultural. *A cor*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, RIOARTE, 1990. Coleção Corredor Cultural/RIOARTE, °. 1. 88 p.

———. *Corredor cultural: como recuperar, reformar ou construir seu imóvel*. RIOARTE/IPLANRIO. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1989. 82 p.

Magalhães, Roberto Anderson M. *Preservação e requalificação do centro do Rio nas décadas de 1980 e 1990. A construção de um objetivo difuso*. Material de Apoio. Trabalho de campo. Maio/2002. Disponível em: <http://www.ourinhos.unesp.br/gedri/publica/artigos/magalhaes_01.pdf>. Acesso em: 22 nov 2005.

Mandel, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 416 p.

Pinto, Juliana Lopes. *O “Porto Maravilha”: antigas repetições e novos desafios na “revitalização” da zona portuária do Rio de Janeiro*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola Politécnica. Cursos de Especialização em Engenharia Urbana. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.peu.poli.ufrj.br/arquivos/Monografias/Juliana_Lopes_Pinto.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2016.

Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. RIOARTE (Rio de Janeiro, RJ). *Os seis anos do corredor cultural em debate. A história jornalística do corredor cultural*. Rio de Janeiro: RIOARTE, 1989. Caderno de recortes corredor cultural 1985.

———. *A história jornalística do corredor cultural*. Rio de Janeiro: RIOARTE, s/d. Caderno de recortes corredor cultural 1987.

Toledo, Mariana Peixoto de. *Participação de instituições locais em projetos de revitalização urbana: o caso do projeto Porto Maravilha do Rio de Janeiro*. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/estudos/ea3.pdf>>. Acesso em 13 fev. 2016.